

O PROCESSO DE BOLONHA E O ENSINO DE LÍNGUAS PARA ESTRANGEIROS

Ana Paula Schlesener ✨

INTRODUÇÃO

Compreender as novas condições econômicas, sociais e culturais geradas no processo de globalização e a formação de indivíduos de culturas diversas tem sido um grande desafio a enfrentar; as novas relações de produção e a flexibilidade do trabalho, que requerem novas habilidades e uma permanente qualificação dos trabalhadores, exigem a reformulação das estruturas educacionais. Abre-se, a partir da década de 70, o estudo para um quadro de referência lingüística e, posteriormente, a fase de reestruturação do sistema de ensino superior europeu para a adaptação do indivíduo aos novos processos econômicos em curso.

O presente trabalho visa a analisar as novas perspectivas de ensino de língua estrangeira no contexto atual de globalização. Trata-se de verificar de que modo as alterações na educação superior, principalmente a partir do Processo de Bolonha, exigem a modificação dos métodos e a ampliação dos mecanismos de ensino e aprendizagem de língua estrangeira. Trata-se também de refletir sobre as condições culturais nacionais no processo de globalização e as necessidades de preservar as condições de origem.

Na sociedade contemporânea, a noção de educação tem-se ampliado e diversificado a partir das novas exigências de formação colocadas no processo de produção; os sistemas de ensino tentam responder tanto às exigências produtivas quanto às necessidades de adaptação do indivíduo ao momento de mudanças contínuas, que exige a renovação dos saberes para adequar a ação cotidiana às novas exigências sociais. A necessidade de um novo perfil profis-

✨ Professora de italiano da Universidade Federal do Paraná (substituto), do CELIN – Centro de línguas da UFPR e do Centro Europeu.

sional para acompanhar as transformações e manter-se no processo produtivo exige a permanente qualificação dos trabalhadores, formação que não pode mais ser específica, mas precisa constituir-se de um conteúdo geral e diversificado.

A internacionalização da economia ampliou as condições de mobilidade das populações gerando novas exigências de conhecimento, tanto para integrar-se ao processo produtivo quanto para conviver com novas culturas e modos de comportamento. As novas habilidades exigidas nesse âmbito profissional flexível exigem também novas habilidades de comunicação e interação, que podem ser alcançadas através da formação geral e do estudo de línguas.

A fase atual da globalização, após a expansão das relações econômicas, inicia os procedimentos necessários para unificar a educação sem ferir as condições culturais nacionais e preservando as origens das populações. A nova política educacional européia, elaborada pelo Processo de Bolonha, visa a criar as condições de um ensino superior homogêneo, globalmente harmonizado e, ao mesmo tempo, com mecanismos de preservação das especificidades nacionais.

Trata-se de um sistema que gera as condições de sustentação cultural da mobilidade social no processo de globalização e de formação profissional para as novas condições de trabalho, garantindo as condições de uma identidade dos indivíduos que, nesse contexto, se realiza pela preservação da língua. Assim, o ensino de línguas torna-se relevante tanto no sentido de manter e solidificar as raízes culturais quanto de criar as condições necessárias para a comunicação e o trânsito do indivíduo entre culturas diferenciadas.

Como criar as condições práticas de relação entre o plurilingüismo e a unificação proposta para as instituições educacionais, com uma organização estrutural e curricular idêntica para os países participantes sem ferir as especificidades regionais?

A partir desses aspectos gerais de internacionalização econômica e cultural e, ao mesmo tempo, de preservação dos elementos culturais regionais, a pesquisa volta a atenção ao estudo da língua

italiana e às necessidades de produção de material didático específico para o aluno brasileiro. Nas condições atuais, tem aumentado a demanda pelo ensino de italiano (mesmo sendo considerada uma língua de cultura e não instrumental, hoje ocupa o quarto lugar entre as línguas mais ensinadas no mundo); torna-se necessária a criação de um material didático que possibilite um ensino que preserve as especificidades de nossa cultura e gerem as condições de aprendizagem do italiano para a comunicação e outras atividades.

AS CONDIÇÕES POLÍTICAS DE RENOVAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR EUROPEU

O processo de unificação europeia teve início já na década de 50 com a proposição da França de criação de uma federação que redefinisse as relações econômicas e políticas entre os países europeus. A Comunidade Econômica Europeia foi oficialmente criada em 25 de março de 1957, com o Tratado de Roma. A primeira preocupação era a de superar as barreiras alfandegárias que dificultavam o livre mercado entre aqueles países. De lá para cá, sucessivos tratados geraram um processo irreversível de globalização da economia, criando também a necessidade de instauração da unificação política concretizada no Parlamento europeu. Esse processo teve como marco o Tratado de Maastricht que, em 7 de fevereiro de 1992, criou a União Europeia e estabeleceu os parâmetros de adaptação dos países à unidade monetária e política. As medidas políticas e econômicas conceberam um novo quadro em que a figura principal tornou-se o indivíduo, como trabalhador e como consumidor, alimentando as condições do desenvolvimento proposto.

Com a economia globalizada, ampliaram-se os mercados e se redefiniu o quadro da produção a fim de atingir um mercado mais amplo e iniciando um processo de fusão empresarial que se internacionaliza. A unificação política não se apresenta como um novo Estado, mas propõe garantir o direito e a democracia para todos

os cidadãos europeus. Os Estados nacionais mantêm suas características políticas de gestão e participam do Parlamento decidindo e ratificando decisões de interesse comum. Além de promover o desenvolvimento econômico, a União visa a criar um espaço político de colaboração, liberdade e justiça, garantindo a cidadania europeia a todos os membros dos países unificados; a principal consequência política desse processo é a redefinição da função da Europa na política internacional que, nos conflitos atuais, apresenta-se como mediadora criando condições de segurança para o desenvolvimento da economia mundial.

A fase atual de mudanças estende-se à educação e se inicia com a unificação do ensino superior que atualmente atinge 45 países. Os encontros para a preparação do documento iniciaram-se em Maio 1998, com a declaração de Sorbonne, e desenvolveu-se oficialmente com a Declaração de Bolonha em Junho de 1999, definindo-se um conjunto de etapas a seguir pelos sistemas de ensino superior dos países europeus no sentido de construir, até 2010, um ensino superior globalmente harmonizado. Seguiu-se a Conferência Ministerial de Praga, em 2001 e a Conferência de Berlin em 2003, que reuniu ministros de 33 países e o Encontro de Bergen em 2005, que ratificaram e ampliaram o projeto inicial especificando as relações entre ensino e pesquisa e confirmando a dimensão social e cultural do projeto na relação da Europa com o mundo.

No âmbito internacional, o processo é acompanhado por organizações voltadas à questão da educação, como a Comissão Europeia, o Conselho da Europa, a UNESCO, a EUA (Organização das Universidades Europeias), entre outras, que representam estudantes e setores não universitários das comunidades envolvidas. A nível nacional, cada país deverá criar as condições internas de adaptação necessárias para efetivar o projeto até o ano de 2010. As instituições de ensino de cada país envolvido assumem o compromisso de adaptar-se e cuidar da "correta aplicação dos princípios europeus a nível institucional", fator que envolve não só a mudança

da estrutura curricular como também a da estrutura administrativa e de gestão.

Os pontos principais do acordo visam a garantir: “a transparência e legibilidade do percurso formativo e dos títulos de estudo”; a possibilidade concreta de mobilidade e emprego em qualquer país europeu; maior capacidade de atração das instituições de ensino superior européias para estrangeiros; “oferta de uma ampla base de conhecimento de alta qualidade para assegurar o desenvolvimento econômico e social da Europa”.¹ Outras medidas paralelas visam a incentivar a pesquisa e o intercâmbio de pesquisadores, com grande mobilidade de docentes e de alunos entre os países participantes já a partir de 2005.

Ao mesmo tempo, o Programa de unificação prevê salvar a especificidades nacionais, no sentido de possibilitar aos estudantes a mobilidade tanto no processo de formação quanto na adequação ao trabalho. As instituições de ensino superior, funcionando de modo integrado e unificado por meio da estrutura curricular, darão ao estudante a possibilidade de formação superior reconhecida em toda a Europa, abrangendo em torno de 45 países. A base idêntica de organização curricular com a compatibilidade de conteúdos e duração pretende garantir as especificidades nacionais principalmente pela inclusão do ensino de línguas.

Tem-se, portanto, como objetivos gerais da Declaração de Bolonha, o aumento da competitividade do sistema europeu de ensino superior e a promoção da mobilidade e empregabilidade dos jovens que passam por instituições européias. Esses pontos foram confirmados no Encontro de Berlim, que reafirmou a “dimensão social do Processo de Bolonha”, bem como a “convicção que a Educação Superior é um bem público e uma responsabilidade pública”; acentuou a necessidade de equilibrar a “exigência de aumentar a competitividade” com a intenção de “potencializar as característi-

¹ Todos os dados acima podem ser conferidos em site: Il Processo di Bologna. In: http://www.bolognaprocess.it/content/index.php?action=read_cnt&id_cnt=5718.

cas sociais do Espaço Europeu de Educação Superior reforçando a coesão social e reduzindo a disparidade social”; afirmou ainda que “no intercâmbio e na cooperação acadêmica internacional deverão prevalecer os valores acadêmicos”, sem esquecer o objetivo de desenvolver uma economia mais competitiva porque baseada no conhecimento. No conjunto, reforça-se a base cultural e a diversidade lingüística da Europa, que constituem a grande riqueza que esta pode legar ao mundo.²

Em linhas gerais, as declarações demonstram a orientação política e os objetivos de um conhecimento voltado ao desenvolvimento econômico e social por meio de uma ampliação da cooperação entre os países participantes da União. A realização destas finalidades globais pressupõe o sucesso dos objetivos específicos, que se referem à adoção de graus (licenciatura, mestrado, doutorado) e divisão do sistema superior em ciclos (primeiro ciclo – licenciatura; segundo ciclo o grau de Mestre). A grade curricular é elaborada no sistema de créditos comparativos, elemento que dá ao aluno a possibilidade de transferir-se a qualquer momento para qualquer instituição e elaborar o seu próprio percurso curricular.

Conforme a interpretação de Pacheco, esse quadro demonstra a intenção de garantir as condições de identidade dos indivíduos no contexto de internacionalização econômica característica desse momento histórico, que tem como ideologia de fundo o neoliberalismo, cuja expressão na formação escolar concentra-se no “reforço da lógica dos conteúdos, competências e avaliação” (PACHECO, 2007).

Para esse autor (2007), “globalização e identidade são duas palavras com sentidos diferentes que jamais estiveram tão próximas, sobretudo se utilizadas na definição das políticas sociais, econômicas e culturais”. Garantir a identidade (pessoal e cultural) significa, na fase atual da política neoliberal, criar as condições de formação do novo trabalhador capaz de produzir com qualidade e eficiência e

² Dados retirados do Comunicado de Berlim, de 19 de setembro de 2003. In: http://www.bolognaprocess.it/content/index.php?action=read_cnt&id_cnt=5720no

também do consumidor potencial, capaz de adaptar-se rapidamente aos novos conteúdos da informação e do conhecimento.

Embora seja importante esclarecer as intenções que geraram a nova política educacional e qual o conceito de identidade lhe dá sustentação, o sentido das políticas públicas confronta-se com interesses sociais específicos de cada população, que se manifestam na prática. Para Pacheco (2007), as intenções da unificação do ensino são "essencialmente de criar uma cultura de responsabilidade, identificada nos termos "qualidade", "eficiência", "eficácia", que reforça o individualismo e a formação específica para a nova estrutura de trabalho no atual processo de produção.

Não se pretende aqui aprofundar a discussão política e ideológica, mas analisar aspectos do quadro para a aprendizagem lingüística. Uma das questões que aborda a política de unificação europeia do ensino superior é a possibilidade de abertura da Educação Superior Europeia ao mundo por meio da expansão de bolsas de estudo, não só para estudantes europeus (projetos SOCRATES e ERASMUS, que incentivam a mobilidade dos estudantes para cursos em toda a Europa), mas também para estudantes provenientes de países do terceiro mundo; esta intenção tem como base a afirmação de valores acadêmicos que garantam a qualidade do ensino e o desenvolvimento de competências, como meio de encorajar a cooperação para o desenvolvimento de outros países.

A questão que motiva essa análise é a da possibilidade de garantir as especificidades culturais pelo ensino da língua, fator que se estende ao ensino de italiano para brasileiros, visto que a unificação do ensino pode assumir proporções globais ante o processo de internacionalização da economia e da política. Além disso, a própria política de unificação do ensino europeu abre a possibilidade de mobilidade a países fora da unidade. Considerando-se que o processo de globalização abriu um novo fluxo de migração, agora dos países tradicionalmente agrícolas para os países industrializados e que possuem o controle das novas

tecnologias, a aprendizagem de língua estrangeira assume um novo significado para as populações migratórias.

A língua é uma condição preponderante de integração ao processo de globalização, pois uma língua comum, como vem se tornando a língua inglesa, permite a troca cultural; porém, enquanto se preserva a língua nacional criam-se as condições de enriquecimento da cultura geral, porque as origens culturais garantem uma ligação com a riqueza do passado e permitem renovar a própria subjetividade. Para brasileiros descendentes de italianos, o conhecimento dessa língua pode restabelecer elos com a tradição e a história da Itália; para os não descendentes, poderia ser a possibilidade de acesso à mobilidade proposta.

Aos professores de italiano, os problemas que se colocam são inúmeros: ensinar uma língua estrangeira requer compreender o processo de sua formação e a sua especificidade. A língua é expressão de um modo de ser partilhado, de uma consciência de pertencimento que se identifica com um grupo social e histórico.

A linguagem não é um puro instrumento de informação ou de aprendizagem, mas é o meio de relação do homem com os outros e com o mundo, sua interpretação da vida e sua compreensão do passado; interagir com os outros por meio da linguagem supõe a clareza da dimensão comunicativa entre gerações. A aprendizagem de uma língua é um processo complexo que implica a capacidade de internalizar uma nova cultura e superar o passado assimilando novos conteúdos; supõe dominar a própria língua e seus conteúdos culturais para “esquecê-la” e assimilar a nova, com seus novos significados e sua história.

Um dos problemas vividos pelos professores de italiano é, precisamente, o de não encontrar material didático adequado ao ensino dessa língua aos alunos brasileiros. Até hoje se utiliza materiais didáticos preparados para o aprendizado da língua “in loco”, voltados quase sempre para alunos anglofonos, não trabalhando assim com as dificuldades e as necessidades típicas de um falante lusófono,

que aprende a língua fora da Itália, sem usufruir do contato imediato com a cultura italiana. Essa prática pressupõe entender a aprendizagem de uma língua como puramente instrumental e técnica e não como expressão de modos de ser e de pensar que são construídos historicamente no cotidiano de um povo e de sua cultura.

Um elemento importante é o tratamento da estrutura gramatical, que pode ser apresentada de forma descritiva e normativa ou seguir critérios culturais de construção filológica e histórica. O tratamento que um manual dá à gramática da língua apresentada é de fundamental importância para a aprendizagem e assimilação. As gramáticas se diferenciam entre si pela estrutura, pela metodologia aplicada, pelos recursos de exemplificação e pela confrontação entre o que é gramatical e o que é de uso comum (MARAZZINI, 1994, p. 56).

A proposição de um material didático específico para brasileiros precisa considerar as questões referentes à estrutura gramatical e à construção histórica da língua a ser ensinada, bem como entender o processo de ensino e aprendizagem como interação social e comunicativa. Para melhor esclarecer esses dados, retomamos alguns aspectos fundamentais que são aplicados como referência normativa para a política lingüística europeia, elaborados a partir do Processo de Bolonha.

QUADRO COMUM EUROPEU DE REFERÊNCIA PARA AS LÍNGUAS: ENSINO, APRENDIZAGEM, AVALIAÇÃO ³

O quadro comum europeu de referência para as línguas estabelece a finalidade e os objetivos da política lingüística da Comunidade Europeia, as normas e as competências no conhecimento das línguas modernas, que permitirão a comunicação e a interação entre os cidadãos, a cooperação cultural entre as instituições e a mobilidade

³ COUNCIL OF EUROPE. Quadro comune europeo di riferimento per le lingue: apprendimento, insegnamento, valutazione (Modern Languages Division – Strasbourg) Milano : La Nuova Italia – Oxford, 2002, 283 p. Na seqüência, cita-se apenas a página.

de estudantes em toda a Europa. A partir do que foi exposto acima, este quadro é de fundamental importância para a elaboração de material didático para o ensino de italiano para brasileiros.

Esse documento coincide com o conteúdo da Declaração Universal dos Direitos Lingüísticos, na qual se salienta que existem “diversos fatores de ordem não lingüística (históricos, políticos, territoriais, demográficos, econômicos, socioculturais, sociolingüísticos e do campo dos comportamentos coletivos)” que “geram problemas que provocam o desaparecimento, a marginalização e a degradação de numerosas línguas”, criando a necessidade de normas gerais que regulamentem as práticas comunicativas. A declaração afirma, ainda, que “o universalismo deve repousar sobre a concepção da diversidade lingüística e cultural que supera tanto as tendências homogeneizantes quanto aquelas do isolamento, que é fator de exclusão” e que, “para garantir a convivência harmoniosa entre comunidades lingüísticas é necessário estabelecer princípios de ordem universal capazes de assegurar a promoção, o respeito e o uso público e privado de qualquer língua”. Faz-se necessário garantir a diversidade lingüística e cultural, principalmente ante as tendências unificadoras da globalização. (UNESCO, 1996).

A política lingüística europeia parte desses pressupostos e, entre as medidas de caráter geral, afirma a necessidade de tornar possível a todos os setores das diversas populações o acesso aos meios para o conhecimento das línguas, fator importante para a promoção da “compreensão e da tolerância recíprocas, o respeito pela identidade e pela diversidade das culturas através de uma comunicação internacional mais eficaz”. (p. 4) .

A aprendizagem lingüística visa a promover, conforme o documento, o “plurilinguismo em contexto paneuropeu”, definindo plurilinguismo como o processo de experiência lingüística pela qual o “indivíduo se estende da língua doméstica do seu contexto cultural ao contexto mais amplo da sociedade”; a aprendizagem das línguas e das culturas não as classifica “em compartimentos

mentais rigidamente separados” mas, ao contrário, conhecimentos e experiências lingüísticas contribuem para formar a competência comunicativa, na qual as línguas estabelecem relações recíprocas e interagem”. (p. 5).

Para isso, torna-se necessária a reformulação curricular de acordo com as normas do Quadro de Referência. Os novos currículos devem especificar os “conhecimentos pressupostos e as articulações dos programas com a aprendizagem precedente, sobretudo na passagem entre escola primária, secundária inferior, secundária superior e instrução pós-secundária/universitária”. Significa que a unificação do ensino superior traz implícita a necessidade da unificação de todo o sistema escolar. A articulação dos programas a nível universitário deve estender-se a objetivos e conteúdos, a fim de que seja possível estabelecer as bases unitárias de certificação. (p. 7).

Um dos objetivos do Quadro de Referência é descrever o número e a natureza dos níveis de competência lingüística e especificar as condições básicas de avaliação. Apresenta o modelo e os níveis comuns de referência, bem como o sistema de conceitos. Os objetivos da comunicação dependem das circunstâncias: no contexto familiar e social a troca de informações pode ser espontânea e concentrar-se em fatos ocasionais; no domínio público os interesses podem ser políticos ou de negócios; no campo profissional pode ser necessário compreender novas regras de funcionamento da empresa ou de relacionamento com clientes; no âmbito acadêmico, pode se tratar de defender teorias ou expor projetos (p. 67). Todos esses interesses precisam ser contemplados na aprendizagem lingüística. A formação proposta pelo documento elaborado pelo Conselho Europeu abre a perspectiva de uma formação que contemple todos os aspectos da vida do indivíduo na nova sociedade globalizada.

Para a aprendizagem de qualquer língua, os currículos devem estruturar-se em seis níveis comuns de referência:

- a) O nível de contato – corresponde à competência introdutória;

- b) O nível de sobrevivência – corresponde à especificação dos conteúdos adotados pelo Conselho Europeu;
- c) O nível limiar – segue as especificações dos conteúdos adotados pelo Conselho Europeu;
- d) O nível progresso – corresponde à competência de compreensão vivencial – “dar respostas apropriadas em situações habituais”;
- e) O nível da eficácia – atribuído a quem demonstra competência operativa adequada a situações mais complexas de estudo e de trabalho;
- f) O nível da autonomia – corresponde a uma competência intercultural “alcançado por muitos profissionais atuantes no campo das línguas” (p. 29-30).

Ainda conforme o Quadro, os seis níveis correspondem à antiga subdivisão em níveis elementar, intermediário e avançado. O documento estabelece o conteúdo geral que o aluno deve dominar para receber a certificação:

Nível elementar – (contato A1 e sobrevivência A2) - O aluno de A1 precisa “compreender e utilizar expressões familiares de uso cotidiano e fórmulas muito comuns para satisfazer necessidades de tipo concreto”; saber apresentar-se a si e a outros; saber colocar perguntas sobre dados pessoais e responder a perguntas análogas; pode “interagir de modo simples conquanto que o interlocutor fale lenta e claramente e esteja disposto a colaborar”. O aluno de A2 precisa “compreender frases isoladas e expressões de uso freqüente relativas a ambientes de imediata relevância” como família, comércio, geografia local, trabalho. Consegue expressar-se “em atividades simples e de rotina que exijam somente uma troca de informações simples e diretas sobre argumentos familiares e habituais”; consegue ainda descrever em termos simples aspectos da vida cotidiana e do próprio ambiente (p. 32).

Nível intermédio – (limiar B1 e progresso B2) – O aluno B1 precisa compreender os pontos essenciais de mensagens claras

sobre argumentos que fazem parte do trabalho, da escola, do tempo livre; saber expressar-se para enfrentar situações possíveis em viagens; produzir textos simples e coerentes sobre temas que lhe sejam familiares e de seu interesse; saber descrever experiências e acontecimentos, sonhos, esperanças, ambições, expor razões e dar explicações sobre opiniões e projetos. O aluno B2 precisa “compreender as idéias fundamentais de textos complexos sobre temas tanto concretos quanto abstratos, inclusive discussões técnicas no próprio setor de especialização”; é capaz de interagir com relativa desenvoltura e espontaneidade, tanto que a interlocução com alguém nativo se desenvolva sem excessivo cansaço e tensão; saber produzir textos claros e articulados sobre uma ampla variedade de temas e exprimir uma opinião sobre um tema da atualidade expondo os prós e os contras das diversas opiniões (p. 32).

Nível avançado – (eficácia C1 e autonomia C2) – O aluno C1 deve ser capaz de “compreender uma ampla variedade de textos complexos e longos e retirar deles também o significado implícito”; saber exprimir-se com desenvoltura, sem excessivo esforço para encontrar as palavras; saber falar com flexibilidade e eficácia em objetivos sociais, acadêmicos e profissionais; “saber produzir textos claros, bem estruturados e articulados sobre temas complexos, demonstrando que sabe controlar a estrutura discursiva”, os conectivos e os mecanismos de coesão. O aluno C2 deve saber compreender sem esforço praticamente tudo o que escuta ou lê. Deve saber resumir “informações retiradas de diversas fontes, orais e escritas, reestruturando em um texto coerente as argumentações e as partes informativas”; consegue exprimir-se espontaneamente com precisão e sutileza, distinguindo nuances de significado (p. 32).

O quadro estabelece ainda as condições de auto-avaliação, de compreensão oral, auditiva e escrita em todos os níveis de formação lingüística. Toda a aprendizagem se volta à compreensão, correção, fluência expressiva, coerência e interação (p 36). A aprendizagem se completa quando o aluno conseguir autonomia em todos os aspectos da avaliação, desenvolver as habilidades de “saber fazer”,

que envolvem tanto a capacidade de interagir no cotidiano, isto é, saber comportar-se socialmente e saber executar de modo eficaz ações da vida cotidiana, quanto habilidades técnicas e profissionais, como assalariado ou trabalhador autônomo (p. 129).

Além do “saber fazer”, as competências visam a formação humana ou o “saber ser”, a partir da aquisição de valores morais e da formação da própria personalidade, essenciais para a atividade comunicativa (p. 130). Enfim, um novo conjunto de normas que exigem a reestruturação curricular e a proposição de novo material didático e um aparato de suporte específico (multimídia) adaptado a essas condições.

Entre as opções metodológicas apresentadas pelo documento, a sugestão é “que os métodos utilizados para o ensino, a aprendizagem e a pesquisa no campo lingüístico sejam aqueles mais eficazes para alcançar os objetivos e que sejam estabelecidos com base nas necessidades dos indivíduos de agirem no contexto social”. Deixa a possibilidade de escolha metodológica, desde que o método incentive o “saber fazer”; recorda ainda que a eficácia depende tanto do interesse e das motivações do aluno quanto “dos recursos humanos e materiais” que estejam à disposição (p. 175).

Enfim, o quadro de referência europeu trata da estrutura curricular e esclarece que entende por currículo o “percurso que um estudante cumpre através de uma seqüência de experiências educativas” controladas por uma instituição e que o currículo não termina com o fim da vida escolar, mas continua ao longo da vida. Significa que cada aluno, com o sistema de créditos, escolhe o seu percurso escolar e segue completando a sua formação por toda a vida. É por isso que é importante que o currículo institucional da escola desenvolva no aluno uma competência plurilíngüe que, com as “sucessivas experiências pessoais e profissionais”, tomarão uma dimensão precisa (p. 212).

CONCLUSÃO

O breve caminho aqui percorrido procurou explicitar as novas condições do ensino superior europeu a partir das novas medidas

de unificação desencadeadas pelo Processo de Bolonha, a fim de salientar a importância do ensino de línguas como garantia das especificidades nacionais e, a partir daí, compreender as circunstâncias nas quais se ensina italiano no Brasil.

A unificação do ensino superior europeu tem como um de seus objetivos ampliar os mecanismos de interação entre os indivíduos no processo de conhecimento sem descuidar das especificidades culturais que garantem a identidade dos povos das 45 nações envolvidas.

O quadro de referência europeu para a política lingüística, entre os vários objetivos que apresenta, acentua a importância de "promover o respeito à diversidade das línguas e favorecer a aprendizagem escolar de mais de uma língua estrangeira"; acentua ainda que esta não é uma simples escolha política para garantir o projeto de unificação do ensino nem se trata apenas de garantir o futuro das novas gerações; trata-se de criar as condições, no processo de globalização, de cada um "construir a própria identidade lingüística e cultural integrando uma experiência diversificada de alteridade"; cada um poderá "desenvolver a própria capacidade de aprender através desta experiência diversificada, referida a mais línguas e a mais culturas"; cada qual vivenciando e internalizando essas experiências integra-se ao processo mais amplo de formação da sociedade (p.166).

É dessa perspectiva da alteridade e do respeito às diferenças que as normas desta nova política educacional permitem abrir a discussão sobre o ensino de italiano para brasileiros: sua importância e características específicas; a definição de metodologias e a produção de material didático que contemplem a riqueza cultural e histórica tanto da língua italiana quanto da cultura brasileira, fundamental nesse momento histórico; a perspectiva da formação dos indivíduos é também necessária para a sua adaptação à nova realidade econômica e social, tanto dos descendentes quanto daqueles que se

propõe migrar em busca de trabalho. Abre-se um longo caminho a percorrer, por todos os fatores aqui apresentados e porque o italiano é hoje a quarta língua mais estudada no Ocidente.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

COUNCIL OF EUROPE. *Quadro comune europeo di riferimento per le lingue: appendimento, insegnamento, valutazione* (Modern Languages Division – Strasbourg). Milano : La Nuova Italia – Oxford, 2002.

MARAZZINI, Claudio. *La Língua Italiana – Profilo storico*. Il Mulino, 1994.

PACHECO, José Augusto. Globalização e identidade no contexto da escola e do currículo. Caderno de Pesquisa v.37 n.131 São Paulo maio/ago. 2007 – Scielo - http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-15742007000200008&lng=pt&nrm=iso

VADERGORN, José. Uma perspectiva da globalização na Universidade brasileira. Caderno CEDES. v.21 n.55 Campinas nov. 2001 – Scielo

http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-32622001000300006&lng=pt&nrm=iso

VEDOVELLI, Massimo. *Guida all'italiano per stranieri. La prospettiva del Quadro comune europeo per le lingue*. Roma : Carocci, 2002.

_____. *L'italiano degli stranieri. Storia, attualità, prospettive*. Roma : Carocci, 2002.

Link - *Il Processo di Bologna*. In:

http://www.bolognaprocess.it/content/index.php?action=read_cnt&id_cnt=5718.

Comunicado de Berlim, de 19 de setembro de 2003. In:

http://www.bolognaprocess.it/content/index.php?action=read_cnt&id_cnt=5720no

UNESCO, Dichiarazione universale dei diritti linguistici. In:

http://www.minoranzelinguistiche.provincia.tn.it/binary/pat_minoranze/Normativa_euroint/DICHIARAZIONE%20UNIVERSALE%20SUI%20DIRITTI%20LINGUISTICI.1115622432.pdf

Recebido em 10/8/2007

Aceito em 15/9/2007